

CARGO:

TÉCNICO EM CONTABILIDADE

Leia atentamente as INSTRUÇÕES:

1. Confira seus dados no cartão-resposta: nome, número de inscrição e o cargo para o qual se inscreveu.
2. Assine seu cartão-resposta.
3. Aguarde a autorização do Fiscal para abrir o caderno de provas. Ao receber a ordem do fiscal, confira o caderno de provas com muita atenção. Nenhuma reclamação sobre o total de questões ou falha de impressão será aceita depois de iniciada a prova.
4. Sua prova tem **30** questões, com **4** alternativas.
5. Preencha toda a área do cartão-resposta correspondente à alternativa de sua escolha, com caneta esferográfica (tinta azul ou preta), sem ultrapassar as bordas. As marcações duplas, ou rasuradas, ou marcadas diferentemente do modelo estabelecido no cartão-resposta poderão ser anuladas.
6. O cartão-resposta não será substituído, salvo se contiver erro de impressão.
7. Cabe apenas ao candidato a interpretação das questões, **o fiscal** não poderá fazer nenhuma interferência.
8. A prova será realizada com duração máxima de **3 (três) horas**, incluído o tempo para a realização da prova objetiva e o preenchimento do cartão-resposta.
9. O candidato poderá retirar-se do local de realização das provas somente **1 hora** após o seu início.
10. O candidato poderá retirar-se da sala levando consigo o caderno da prova objetiva somente **1 (uma) hora e 30 (trinta) minutos** após o seu início.
11. Ao terminar a prova, o candidato deverá entregar ao fiscal de sala o cartão-resposta preenchido e assinado.
12. Os **3 (três)** últimos candidatos que realizarem a prova deverão permanecer na sala para acompanhar o fechamento do envelope contendo os cartões-resposta dos candidatos presentes e ausentes e assinar a ata de sala atestando que o envelope foi devidamente lacrado.

BOA PROVA!

PROVA OBJETIVA – TÉCNICO EM CONTABILIDADE

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o texto abaixo para responder às questões 01 e 02.

Espanhóis deverão cumprir novas exigências para entrar no Brasil

Por Juliana Castro

RIO e MADRI – O governo resolveu adotar o princípio da reciprocidade com a Espanha e, a partir do dia 2 de abril, vai exigir dos turistas espanhóis o mesmo que é imposto aos brasileiros para entrar naquele país. Segundo o Ministério de Relações Exteriores, a adoção da medida já está sendo comunicada aos órgãos espanhóis desde o início deste mês.

A partir da data estipulada, os turistas daquele país serão obrigados a apresentar o passaporte que tenha, no mínimo, mais seis meses de validade, bilhete aéreo de ida e volta, comprovante de que tem dinheiro suficiente para sua estada no Brasil, ou seja, R\$ 170 por dia. A comprovação será feita mediante apresentação de cartão de crédito com a última fatura.

Caso o espanhol se hospede em um hotel, deverá apresentar as reservas já pagas. Se o turista ficar hospedado em alguma residência particular, deverá apresentar uma carta de uma pessoa residente na cidade de destino, informando o tempo de estada no país, com a assinatura do anfitrião, acompanhada do comprovante de residência emitido no nome do declarante.

As informações já estão disponíveis no site do Consulado do Brasil na Espanha. O Itamaraty nega que a medida tenha sido adotada como retaliação à deportação de brasileiros na Espanha. O ministério diz que apenas resolveu exercer seu direito de empregar a reciprocidade. Segundo dados do órgão, até agosto de 2011, 1.005 brasileiros foram impedidos de entrar naquele país. Se levado em conta o período de 2007 a agosto do ano passado, este número é de 9.623. Mas, de acordo com fontes diplomáticas do governo espanhol, o Brasil é um sócio prioritário:

- Mantemos conversas constantes em todos os níveis e sobre todos os assuntos, e sobre este tema em concreto - problemas em fronteiras e cooperação consular -, porque é de interesse de ambos os países evitar mal-entendidos. As relações bilaterais entre a Espanha e o Brasil são excelentes e continuarão sendo - sustentam.

Disponível em <http://oglobo.globo.com/pais/espanhois-deverao-cumprir-novas-exigencias-para-entrar-no-brasil-3938900>. Acesso em 30 de abril de 2012. (Com adaptações)

01. Com base no texto acima, considere as seguintes afirmativas como FALSAS (F) ou VERDADEIRAS (V) e marque a alternativa que apresenta, de cima para baixo, a sequência CORRETA:

___ A adoção da medida pelo governo brasileiro será comunicada aos órgãos espanhóis, no início do próximo mês.

___ Se o turista espanhol preferir hospedar-se em um hotel no Brasil, deverá pagar diárias no valor de 170 reais.

___ É proveitoso às nações envolvidas fugirem dos desentendimentos.

___ A última fatura e seu respectivo cartão de crédito evidenciam condições financeiras para estância do turista no Brasil.

___ A adoção da reciprocidade objetiva cessar a entrada dos turistas espanhóis no Brasil.

a) V – V – V – V – F.

b) F – F – V – V – F.

c) F – V – F – F – V.

d) V – F – V – F – F.

Com base na charge abaixo, responda à questão 02.



Disponível em <http://pt.globalvoicesonline.org/2011/03/03/brasil-pesquisadora-brasileira-expulsa-da-espanha/>. Acesso em 30 de abril de 2012.

02. Sabe-se que as charges são representações de caráter burlesco, que normalmente satirizam algum acontecimento atual. Considerando a principal ideia transmitida pela charge acima, podemos afirmar que:

- a) O humor do desenho consiste na transposição de sentido da expressão “samba no pé”, figurando assim, o equivalente a “fora daqui”.
- b) A comicidade do desenho baseia-se no fato de que as autoridades brasileiras não são tão pacíficas, como os espanhóis pensavam ser.
- c) O humor do desenho consiste em mostrar aos espanhóis que apesar de suas virtudes europeias, eles não sabem sambar.
- d) A comicidade do desenho baseia-se em mostrar aos espanhóis que, além de terem de apresentar todos os documentos, devem também aprender a sambar.

03. Assinale a alternativa que completa corretamente os espaços da sentença a seguir: “A autoridade _____ o parlamentar em _____ delito, após o mesmo ter _____ as regras da _____ no plenário.”:

- a) atuou – flagrante – infligido – seção.
- b) atuou – flagrante – infringido – sessão.
- c) atuou – flagrante – infringido – sessão.
- d) atuou – flagrante – infligido – seção.

04. Analisando morfologicamente as palavras, é possível dividi-las em pequenos morfemas dotados de significado, conforme exemplo a seguir:

indispensável = in- + dispens- + -ável

Nota-se que o prefixo in- acrescenta ao termo original o sentido de negação. De forma semelhante, há ao menos uma palavra cujo prefixo é de negação em:

- a) As armadilhas da vida não podem ser previstas.
- b) Não há nada de anormal em ser diferente.
- c) Coração incandescente é coração apaixonado.
- d) Um bom amante da vida sempre acorda de bom humor.

05. Assinale a opção em que o uso da vírgula introduz uma enumeração:

- a) Professora, pode me tirar uma dúvida?
- b) A baleia azul, maior mamífero do mundo, é um belo animal.
- c) Acordar cedo, pegar ônibus, chegar atrasado: que vida!
- d) Adoro conversar, mas odeio falar da vida alheia.

MATEMÁTICA

06. Uma lona retangular para cobrir uma piscina tem a área de 192 m^2 . Sabendo que o comprimento dela tem 4 metros a mais que a largura, podemos concluir que as dimensões dessa lona são:

- a) 14m e 18m.
- b) 10m e 14m.
- c) 12m e 16m.
- d) 8m e 24m.

07. Na borda de uma piscina, será colocado um escorregador apoiado numa viga já existente de 5 m de altura. Se o escorregador será reto e medirá 13 m seguindo o esquema a seguir, qual será a medida da extremidade inferior do escorregador até o “pé” da viga?



- a) 8m.
- b) 10m.
- c) 12m.
- d) 14m.

08. Um investimento de R\$900,00 em um banco a uma taxa de juro simples de 7% ao mês, durante 3 meses gera um montante de:

- a) R\$189,00.
- b) R\$1089,00.
- c) R\$1890,00.
- d) R\$1900,00.

09. Numa urna, temos bolinhas iguais e indistinguíveis pelo tato, numeradas de 1 a 150. Sorteando-se uma bolinha ao acaso, a probabilidade de ela conter um número múltiplo de 7 é:

- a) 7%.
- b) 14%.
- c) 15%.
- d) 21%.

INFORMÁTICA

10. Trabalhando com parágrafo no Word 2007, é INCORRETO afirmar:

- a) O recuo determina a distância do parágrafo em relação às margens esquerda ou direita.
- b) O espaçamento entre linhas determina a quantidade de espaço vertical entre as linhas do texto em um parágrafo.
- c) Por padrão, as linhas têm um espaço único, com um pouco mais de espaço a cada parágrafo seguinte.
- d) Simples é uma opção de espaçamento entre linhas de um parágrafo que define um espaçamento fixo entre as linhas que o Microsoft Word não ajusta.

11. Se uma biblioteca, local onde você gerencia documentos, músicas, imagens e outros arquivos for excluída, o que acontecerá?

- a) A mesma será excluída permanentemente.
- b) A mesma será movida para a Lixeira.
- c) A biblioteca será removida para outro local no HD, como por exemplo a unidade C: do computador.
- d) Nenhuma ação será executada, pois não é possível excluir biblioteca, apenas suas pastas.

12. Em documentos do Word, é possível estabelecer links para locais específicos em arquivos salvos em quais formatos?

- a) Excel e PowerPoint.
- b) PowerPoint e Visio.
- c) Visio e Project.
- d) Excel e Visio.

LEGISLAÇÃO

13. Nos termos do art. 7º da Lei Orgânica, a autonomia do Município de Maçambará/RS se expressa:

- a) Pela prerrogativa de desapropriar, por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, nos casos previstos em lei.
- b) Pela elaboração do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano, estabelecendo normas de edificações, de loteamento, de zoneamento, bem como as diretrizes urbanísticas convenientes à ordenação de seu território.
- c) Por promover e executar programas de moradias populares.
- d) Pela adoção de legislação própria.

14. Assinale a alternativa em que contenha todos os princípios elencados no caput do art. 37 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988:

- a) Legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.
- b) Legalidade, pessoalidade, moralidade, publicidade e autoexecutoriedade.
- c) Impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência e autoexecutoriedade.
- d) Publicidade, eficiência, pessoalidade.

15. Aduz a Lei Complementar nº 05 de 24 de dezembro de 1998, que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Maçambará – RS, que ao entrar em exercício, o servidor nomeado para cargo de provimento efetivo ficará sujeito a estágio probatório, durante o qual a sua aptidão, capacidade e desempenho serão objeto de avaliação por comissão especial designada para esse fim, observados os seguintes quesitos: Assiduidade, Pontualidade, Disciplina, Eficiência, Responsabilidade e Relacionamento. Qual é o período de estágio probatório?

- a) 48 (quarenta e oito) meses.
- b) 36 (trinta e seis) meses.
- c) 24 (vinte e quatro) meses.
- d) 12 (doze) meses.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

16. Captadas através da venda de bens patrimoniais móveis ou imóveis, e dizem respeito às conversões de bens e valores em espécies, isto é, conversão desses bens e valores em moeda corrente. Trata-se de qual operação de crédito na receita de capital?

- a) Transferência de Capital.
- b) Outras Receitas de Capital.
- c) Operação de Crédito.
- d) Alienação de Bens.

17. Artigo 12, da Lei complementar nº 101/2000-Lei de Responsabilidade Fiscal. “As Previsões de receita observarão normas técnicas e legais, considerarão os efeitos das alterações na legislação, da variação do índice de preços, do crescimento econômico ou de qualquer outro fator relevante e serão acompanhadas de demonstrativo de sua avaliação, da projeção para os dois seguintes àquele a que se refere, e da metodologia de cálculos e premissas utilizadas.” Essa avaliação será decorrente do(s) seu(s):

- a) Últimos 10 anos.
- b) Últimos 5 anos.
- c) Últimos 3 anos.
- d) Último 1 ano.

18. A receita orçamentária é a consubstanciada no orçamento público, consignada na Lei Orçamentária, cuja especificação deverá obedecer a discriminação constante do Anexo nº 3, da lei Federal nº 4.320/64. A receita orçamentária decorrente de um empréstimo tomado pelo Governo é classificada na subcategoria econômica como:

- a) Receita Patrimonial.
- b) Transferência de empréstimo.
- c) Operação de crédito.
- d) Amortização de empréstimo.

19. Regime de princípios considerados de profunda validade, e que tem conseguido ultrapassar a análise e estudo feito em atendimento ao processo evolutivo relatado, transformaram-se em utilidade perene, de uso constante e até obrigatório passando a constituir-se em regime. Os regimes contábeis da receita e despesas, segundo a Lei nº 4.320/64, são respectivamente:

- a) Caixa e Competência.
- b) Competência e Misto.
- c) Caixa e Prudência.
- d) Competência e Caixa.

20. Anualidade concilia duas condições opostas, que consistem no fato de que quando mais distante a época para qual se projeta maior a possibilidade de erro. O princípio da anualidade, contido no orçamento, indica que ele deverá ser:

- a) Anualmente votado.
- b) Anualmente votado para ter vigência de 01 de janeiro a 31 de Dezembro.
- c) Votado e aprovado pelo Poder Executivo.
- d) Anualmente votado para ter início em Janeiro e término em 30 de Novembro.

21. De acordo com Artigo 227, do decreto nº 15.783/22, a despesa orçamentária, desde a edição do Código de Contabilidade Pública, em 08 de novembro de 1922, determinou que toda a despesa do Estado deve passar por três estágios. Esse procedimento configura-se até hoje, consoante se verifica da Lei nº 4.320/64. Quanto ao aspecto relativo ao crédito fixado na lei orçamentária que se constitui, na realidade, em mais uma etapa ou estágio, denomina-se:

- a) Empenho.
- b) Pagamento.
- c) Fixação.
- d) Liquidação.

22. A Contabilidade Aplicada ao Setor Público é o ramo da ciência contábil que se aplica ao processo gerador de informações. Qual é o objetivo da contabilidade aplicada ao Setor Público?

- a) Fornecer aos usuários informações sobre os resultados alcançados e os aspectos de natureza orçamentária, econômica, financeira e física do patrimônio da entidade do setor público e suas mutações, em apoio ao processo de tomada de decisão; a adequada prestação de contas; e o necessário suporte para a instrumentalização do controle social.
- b) Refletir, sistematicamente, o ciclo da administração pública para evidenciar informações, necessárias à tomada de decisões, à prestação de contas e à instrumentalização do controle social.

- c) Fornecer a contabilidade aplicada ao Setor Público é o patrimônio público.
- d) Fazer a contabilidade parcialmente, as demais entidades do setor público, para garantir procedimentos suficientes de prestação de contas e instrumentalização do controle social.

23. A Contabilidade Pública é um dos ramos mais complexos da ciência contábil e tem por objetivo captar, registrar, acumular, resumir e interpretar. Ela se utiliza de contas escrituradas em sistemas. Quais são esses sistemas?

- a) Orçamentário, Financeiro e Compensação.
- b) Orçamentário, Transferência, Patrimonial e Compensação.
- c) Orçamentário, Patrimonial e Compensação.
- d) Orçamentário, Financeiro, Patrimonial e Compensação.

24. Receita Patrimonial, Agropecuária e Industrial são fontes que se compõem de rendas provenientes, respectivamente, da utilização de bens pertencentes ao Estado, como:

- a) Aluguéis, arrendamentos, foros, laudêmios, juros, participações e dividendos; produção vegetal, animal e de derivados; e da indústria extrativa mineral, de transformação e de construção.
- b) Aluguéis, arrendamentos, foros, laudêmios, juros, participações e dividendos.
- c) Aluguéis, arrendamentos, foros, laudêmios, multas, participações e dividendos; produção vegetal, animal e de derivados; e da indústria, de transformação de serviços e construção.
- d) Aluguéis, arrendamentos, foros, laudêmios, juros, participações e dividendos; produção vegetal, animal e de derivados; e da indústria, de transformação de serviços e construção.

25. Receita pública é todo e qualquer recolhimento aos cofres públicos, quer seja efetivado através de numerários ou outros bens representativos de valores. As receitas públicas, de acordo com a Lei nº 4.320/64, estão classificadas em:

- a) Ordinárias e extraordinárias.
- b) Orçamentárias e extraorçamentárias.
- c) Ordinárias e derivadas.
- d) Correntes e de Capital.

26. Despesa pública são os gastos fixados na lei orçamentária ou em leis especiais e destinados à execução dos serviços públicos e dos aumentos patrimoniais. As Despesas públicas, de acordo com a Lei nº 4320/64, estão classificadas em:

- a) Orçamentárias e extraorçamentárias.
- b) Ordinárias e extraordinárias.
- c) Correntes e de Capital.
- d) Ordinárias e derivadas.

27. Exercício financeiro é o período de tempo durante o qual se exercem todas as atividades administrativas e financeiras relativas à execução do orçamento. O exercício financeiro, no Brasil, para aziendas públicas vigorará de 01 de janeiro:

- a) A 31 de janeiro do ano subsequente.
- b) A 31 de dezembro do ano subsequente.
- c) A 31 de dezembro, coincidido com ano civil.
- d) Do ano corrente a 30 de junho do ano subsequente.

28. Certa prefeitura do Rio Grande do Sul teve uma despesa com aquisição de um caminhão que foi classificada no sistema financeiro e deve ser lançada como:

- a) Despesas correntes a Mutações passivas.
- b) Veículos a Bancos.
- c) Veículos a Mutações ativas.
- d) Despesas de Capital a Banco.

29. Esta convenção está ligada basicamente à análise do custo benefício da informação. Deve-se buscar sempre a exatidão numérica no lançamento, desde que o custo dessa exatidão não seja prejudicial à entidade. Qual é essa convenção contábil?

- a) Conservadorismo.
- b) Consistência.
- c) Materialidade.
- d) Objetividade.

30. “Desde que tecnicamente estimável, o registro das variáveis patrimoniais deve ser feito mesmo na hipótese de somente existir razoável certeza de sua ocorrência.” Esse é um resultado da observância do princípio da:

- a) Oportunidade.
- b) Objetividade.
- c) Continuidade.
- d) Materialidade.

RASCUNHO